

Americanos patenteiam DNA indígena

Os Estados Unidos patentearam o DNA de um nativo Papua Nova Guiné, cuja sobrevivência está ameaçada por doenças adquiridas dos brancos

Liana John
Agência Estado

RIO — Organizações não-governamentais (ONGs) ligadas aos povos indígenas querem colocar o governo dos Estados Unidos no banco dos réus, por patentear o DNA de um nativo de Papua Nova Guiné. O indígena pertence à tribo Hagahai, contatada pela civilização branca em 1984 e da qual restam apenas 260 pessoas, cuja sobrevivência está ameaçada por doenças adquiridas dos brancos.

O material genético do nativo provou eficiência nas pesquisas para identificação de retrovírus relacionados ao HIV-1 e, por isso, a patente foi requerida pelo Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos. A aprovação saiu em 14 de março deste ano e, apesar de estar baseada em células não modificadas, não assegura o pagamento de qualquer compensação ao doador; seu código genético passou a ser propriedade dos EUA e pode ser objeto de transações comerciais.

O Secretário de Comércio norte-americano, Ronald Brown, posicionou-se em favor da patente: "Sob nossas leis, materiais genéticos derivados de células humanas são patenteáveis e não há cláusulas sobre remuneração relativa à fonte das células sujeitas ao requerimento de patente".

Em geral, DNA patenteado serve para obtenção de diagnósticos, fabricação de vacinas ou síntese de medicamentos. Seu valor comercial costuma ser alto, nas negociações entre empresas, embora os donos dos genes não recebam nada. O exemplo mais conhecido é o da empresa Sequana Therapeutics, sediada na Califórnia, EUA, que conseguiu a patente do DNA de habitantes de Tristão da Cunha, para uso em medicamentos contra asma. Os ilhéus haviam doado o sangue para pesquisa. A empresa pesquisou, patenteou e depois vendeu sua propriedade a outra empresa, de origem alemã, a Boehringer Ingelheim, por US\$ 70 milhões.

Revolta — Neste final de setembro, ao descobrir e confirmar o registro da patente Hagahai, os representantes de várias entidades não-governamentais, indignados, lançaram manifestos na rede de computadores Internet. E agora pleiteiam o julgamento do governo americano na Corte Mundial de Haia, na Holanda. A intenção é evitar o patenteamento do mesmo DNA, já requerido em outros 19 países, e revogar a patente americana. Além disso, as ONGs estão investindo pesado em programas educacionais e manifestos de ampla divulgação, como os da Internet, para disseminar mais informação sobre as

ficado e é um assunto de grande preocupação em todo mundo". De acordo com Christie, os povos indígenas e ONGs estão trabalhando na implementação de um "Tratado Pacífico de Formas de Vida Livres de Patentes". A RAFI é uma entidade americana-canadense dedicada à conservação e sustentabilidade da biodiversidade agrícola.

Começou a se preocupar com o patenteamento de seres humanos ao estudar a perda de diversidade genética, especialmente na agricultura, e o impacto das leis de patentes e propriedade intelectual. Em 1993, junto com o Congresso Geral Guaymi, do Panamá, a fundação conseguiu evitar o patenteamento do DNA de uma mulher da tribo Guaymi, também requerida pelos EUA.

"O governo americano declarou, na ocasião, sua intenção de não patentear mais células humanas, o que aparentemente não corresponde à verdade", declarou Edward Hammond, da RAFI, à Agência Estado. Segundo ele, a maior parte do trabalho atual da entidade é monitorar os requerimentos de patentes, em vários países, em vários países, para evitar a "transformação da vida humana numa commodity". Existe mais uma patente humana pendente nos Estados Unidos, do DNA de um nativo das Ilhas Salomão.

Vampiro — A primeira patente de genes humanos foi proposta por cientistas ligados ao Projeto Diversidade do Genoma Humano - conhecido como HGDP no meio acadêmico, e por "Projeto Vampiro", entre seus oponentes. O Projeto Genoma pretende criar um banco genético humano, coletando amostras de sangue e tecidos de pessoas do maior número possível de etnias. Já estão mapeadas as amostras de pelo menos 700 etnias diferentes, incluindo 41 de Papua Nova Guiné. O diretor do HGDP, Luca Cavalli-Sforza afirmou, numa reunião sobre bioética das Nações Unidas, que o projeto não apoia o requerimento de patentes sobre o material genético humano.

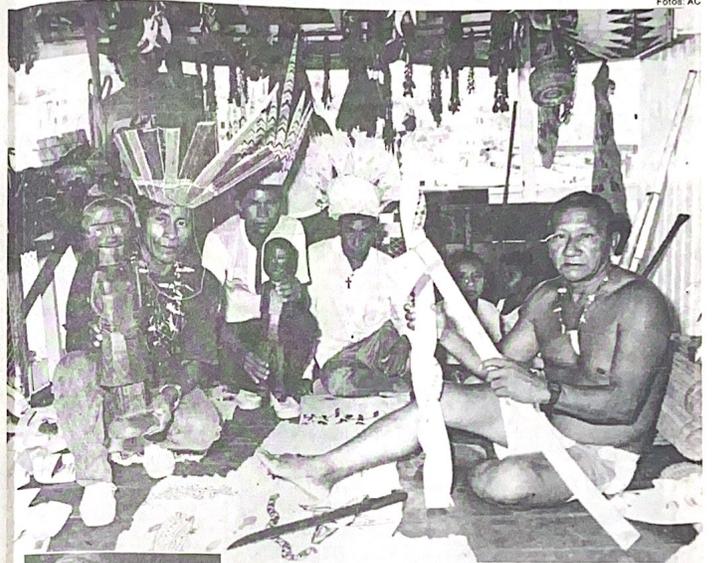


Além da terra, os índios querem a autenticidade genética

corporações "genômicas" e suas "terapias genéticas".

Eles querem também esclarecer como a questão do material genético humano ficou estabelecida na Convenção de Biodiversidade, um dos dois documentos mais importantes assinados aqui no Brasil, durante a Rio-92.

"Na era do colonialismo, pesquisadores saíam atrás dos recursos indígenas e estudavam sua organização social e costumes. Mas agora, na era biocolonial, eles vão em busca das pessoas mesmo", diz Pat Mooney, diretora executiva da RAFI (Fundação Internacional para o Avanço Rural). O representante da RAFI na Austrália, Jean Christie, diz que "esta patente ultrajante provocou ira no Pací-



Fotos: AC

Assim como as tribos da Amazônia, a Hagahai está praticamente dizimada pelo contato com o homem e a cultura branca



O DNA dos índios está sendo usado para curar doenças